

# **A PRIMEIRA GRANDE GUERRA EM MOÇAMBIQUE**

## **(1914-1918)**

**Fernando Rita<sup>1</sup>**



*A entrada das forças expedicionária portuguesas no Quionga, no norte de Moçambique.  
Fonte: Fundo Iconográfico da Biblioteca da Liga dos Combatentes.*

## **Os antecedentes da campanha**

Nos finais do século XIX a corrida a África pelas principais potências europeias, não teve só resultados de cariz científico, que possibilitaram aos investigadores melhorar os conhecimentos já existentes sobre a geografia e etnografia da região.

Este avanço assentou essencialmente, em motivações económicas que permitiram ao continente europeu encontrar um vasto mercado para vender a sua mercadoria e, ao mesmo tempo um local onde poderia ter acesso a diferentes matérias-primas, importantes para a sua indústria emergente. Também as questões políticas se instituíram como das mais

---

<sup>1</sup> O Major de Infantaria Fernando Manuel da Silva Rita é Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Atualmente é docente das unidades curriculares de Logística e História Militar II na Academia Militar.

relevantes dessa investida. A exploração e ocupação desordenada de certas áreas do continente africano, com o objetivo de conquistar o maior território possível, criaram na altura condições para que surgissem diferentes atritos entre as várias potências europeias da época. Por esta razão, os diferentes estados colonizadores procuraram resolver esses conflitos usando a diplomacia, na conferência de Bruxelas, em 1876, e na conferência de Berlim<sup>2</sup>, entre 1884 e 1885, pretendendo desta forma estabelecer áreas de influência e regras de ocupação do continente africano.

Com base nos convênios resultantes da conferência de Berlim promoveu-se assim a corrida ordenada ao continente africano, mas na realidade os seus territórios acabaram por ser muitas vezes ocupados, pelos primeiros países que elevassem as suas bandeiras nesses locais, acompanhados das respetivas guarnições militares. No mesmo contexto, também se verificou que as grandes potências europeias não respeitavam igualmente qualquer legalidade, tendo tido as mesmas em diferentes circunstâncias, a intenção ou ocupado efetivamente através do uso da força, as colônias de outros países de menor importância.

Portugal sentiu duramente essa realidade com o ultimato inglês de 1890, contra o projeto do mapa cor-de-rosa<sup>3</sup>, porque esta intenção portuguesa colidia com os interesses da Grã-Bretanha na região, que tinha o propósito de construir uma linha férrea que ligasse algumas das suas possessões desde o Cairo, no Egito, à cidade do Cabo na África do Sul. Também a conquista da região do Quionga, em território moçambicano, efetuada pelos alemães e, oficialmente reconhecida em 10 de Setembro de 1894, constitui um exemplo desse domínio.

Depois do novo regime republicano em Portugal ter sido reconhecido internacionalmente, o país deveria entrar na guerra a favor dos aliados e contra a Alemanha, com base em dois desígnios que o justificavam: a questão colonial e a questão europeia-peninsular.<sup>4</sup> Na tese colonial, considerava-se que o país entrava na guerra com o objetivo de defender as suas colônias em África, porque as mesmas eram objeto de grande proveito económico e estratégico por parte das grandes potências, sendo origináveis de funcionar e

---

<sup>2</sup> Nesta conferência com a presença de Portugal, foi aprovado em 26 de Fevereiro um ato geral, onde ficava definido um novo conceito de domínio colonial, que substituía o direito histórico pelo direito da ocupação efetiva. Dorbalino Martins, *Estudo de Pesquisa sobre a intervenção Portuguesa na 1ª Guerra mundial na Flandres*, p.23.

<sup>3</sup> Em 1886 e 1887, Portugal iniciou negociações com a França e Alemanha, firmando-se acordos de direito marítimo e retificação de fronteiras. Nos acordos constava em anexo um mapa da África Meridional Portuguesa, onde Angola e Moçambique apareciam unidas e colorida toda a área em tom rosa, razão pelo qual esse mapa passou a ser conhecido na história, pelo Mapa cor-de-rosa. Idem, p.23.

<sup>4</sup> Major Abílio Lousada, *História Militar de Portugal*, pp.109 e 110.

tendo mesmo servido mais do que uma vez, como mecanismo de contrapartida na balança de poderes da estabilidade europeia.

Por sua vez, a tese europeia e peninsular defendia que Portugal devia entrar na grande guerra por duas razões: a primeira, mais distante, relacionada com a reconquista de um lugar no pacto das nações ao nível europeu; a segunda mais consistente e determinante passava por afastar o perigo espanhol no contexto peninsular. Estas duas teorias acabaram por se completar, tendo no entanto tido mais peso na tomada de decisão, a tese colonial. Esta situação verificou-se de forma clara em 1914, a partir do momento que o território português no Sul de Angola e no norte de Moçambique foi invadido pela Alemanha, a questão colonial tornava-se assim, a principal razão para a declaração de guerra. Desta forma o país vai entrar na grande guerra com a intenção de reconquistar as áreas anteriormente usurpadas e impedir assim que os germânicos continuassem a invadir cada vez mais as suas colónias.

Apesar de Moçambique constituir um teatro de guerra secundário e periférico, não deixava de ser um centro de grande interesse para as grandes potências, resultante da sua posição geográfica e da importância que os seus portos tinham como ponto de entrada para os países vizinhos. Constituía ainda um território valioso devido à riqueza resultante da sua exploração agrícola, complementada de forma determinante pelo valor do seu subsolo.



*Mapa que representa o domínio colonial em África, em 1914.*  
*Fonte: www.atlas.historique.net;2002.*

Por estas razões, o império africano alemão, constituído na época pela atual Namíbia, Tanzânia, Togo e Camarões, teve sempre propósitos sobre o território de Moçambique. Os alemães, à semelhança do projeto da *Média Europa*, um conceito político de uma Alemanha dominadora da União Europeia Central, que foi colocada em movimento durante a primeira guerra mundial, idealizavam também no final da grande guerra, redistribuir as possessões coloniais portuguesas, belgas e francesas, de forma a constituir a designada *Média África Alemã*. Foi com base nesta finalidade que a Alemanha e a Inglaterra, quer em 1898 quer em 1913, chegaram mesmo a formalizar acordos secretos onde era decretada a partilha das colónias portuguesas.

Neste contexto, o objetivo de Portugal na guerra em Moçambique foi essencialmente duplo: Pretendeu-se recuperar a parcela já perdida do território do Quionga na posse dos alemães e, ao mesmo tempo, conseguir a passagem para a margem norte do rio Rovuma em território inimigo, com o objetivo estratégico de contrariar definitivamente as intenções alemãs de se apoderarem da colónia portuguesa.

## A zona de operações



*Mapa com a zona de operações na fronteira do Rovuma, no norte de Moçambique  
Fonte: General Ramires de Oliveira, História do Exército Português, p.197.*

No início da guerra em 1914, Moçambique caracterizava-se por ser uma colónia com uma superfície oito vezes e meia superior à da metrópole, possuindo na época uma população essencialmente autóctone que andava na ordem dos quatro milhões de indivíduos. A esta população, juntavam-se os cidadãos europeus de origem portuguesa, que rondariam os vinte mil habitantes, fazendo desta colónia a segunda maior depois de Angola.

Por sua vez a zona de operações no norte Moçambique, onde decorreram as principais manobras militares durante a primeira guerra, tinha como característica particular a densa florestação, com árvores de grande porte que dificultavam de forma significativa a marcha e a segurança das tropas. A existência do capim também não ajudava às operações militares, porque limitava os campos de observação e de tiro, favorecendo no entanto a aproximação pelo efeito surpresa, o que tornava a arma de infantaria a mais ajustada a este tipo de cenário.

O clima da zona apresentava igualmente duas estações bem definidas. A designada estação chuvosa que ia de Outubro a Abril, caracterizada por altas temperaturas, com

marcadas variações térmicas diurnas e noturnas. E uma estação seca com um alto índice de humidade, que decorria entre Maio e Outubro. Esta última constituía o melhor período para a realização de manobras militares nessa região, deste que se usufrísse de água, que era considerado um recurso prioritário e decisivo para a condução das operações.

Da mesma forma, a travessia e utilização das margens do rio fronteira Rovuma nas operações militares, era igualmente influenciada pelas estações, piorando consideravelmente com a época das chuvas. Existiam no entanto locais que permitiam a fácil travessia da fronteira nos dois sentidos. Era o caso da foz do rio Lugenda em Negomano, e a zona da Serra Mecula. Também nas proximidades do lago Niassa era possível atravessar a fronteira, sem ser pelo rio.

No entanto, foram as doenças o fator que mais assolou as tropas metropolitanas na região. Entre elas constava as doenças do tipo respiratório como Bronquites, Gripes e Pneumonias, as derivadas da má qualidade da água como as Disenterias, as provocadas por deficiências alimentares como o Escorbuto, e ainda as infecto-contagiosas devido às poucas condições de higiene que os militares praticavam na época, a par das tipicamente tropicais, como a Malária.<sup>5</sup>

Para se fazer uma ideia geral da distribuição dos recursos e da população, de forma a compreender a capacidade militar da colónia, constatava-se que os Portugueses estavam concentrados essencialmente no sul, na cidade de Lourenço Marques, que era detentora de um clima benigno, já fora dos trópicos, enquanto os nativos concentravam a maior parte da sua população na região central e norte da colónia. Viviam assim em regiões pouco habitadas pelos colonizadores portugueses, onde os aparelhos administrativos eram de pequena dimensão e com poucos meios para conseguirem manter em segurança as fronteiras da colónia, ou mesmo garantir a vassalagem desses povos nativos.

Foi esta falta de forças para protegerem as fronteiras, que fez com que a Alemanha, com muito sucesso e sem oposição alguma, conseguisse conquistar, num só ataque, o posto fronteiriço de Quionga, e por sua vez ocupar toda a baía adjacente, tendo dizimado as forças portuguesas que guarneciam a região. A fácil ocupação de Quionga levou a Alemanha a considerar que podia avançar, mais a sul, e ocupar facilmente a colónia portuguesa, tendo avançado igualmente para a direita do rio Rovuma, onde na região de Maziúta conquistou o respetivo posto militar em 25 de Agosto de 1914.

---

<sup>5</sup> Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*, p.208.

Estes sucessivos ataques e ocupação dos territórios portugueses, no Norte de Moçambique, levou as autoridades portuguesas a tomar a decisão de enviar diferentes expedições militares, procurando com a sua ação evitar o contínuo avanço alemão, e se possível, reconquistar os territórios já perdidos. Desta forma Portugal contribuía igualmente para o esforço de guerra dos aliados nesta região do sudeste africano, detendo as tropas do Tenente-Coronel Von Lettow Worbeck, que não deveriam atravessar o rio Rovuma em Moçambique, ficando assim encurralados numa pequena parcela da antiga colónia da África Oriental Alemã, desde o rio Rufiji ao rio Rovuma. Para o sucesso destes ataques, os aliados tinham elaborado um plano, com a Inglaterra a atacar na direção este-oeste a partir da África Oriental Inglesa, e a Bélgica na direção oeste-este, a partir do Congo Belga, encurralando assim as tropas alemãs.



*Ponte de cavaletes sobre o rio Rovuma, construída pelas forças portuguesas no norte de Moçambique.*

*Fonte: Fundo Iconográfico da Biblioteca da Liga dos Combatentes*

## ***Organização e missões das forças expedicionárias na campanha de Moçambique***



*Uma força expedicionária portuguesa em deslocamento no norte de Moçambique.  
Fonte: Fundo Iconográfico da Biblioteca da Liga dos Combatentes.*

Seguindo um rumo diferente dos seus aliados europeus, Portugal enviou forças expedicionárias para os seus territórios coloniais, datando de 18 de Agosto de 1914, o decreto da ordem do exército, que organiza as primeiras expedições militares para Moçambique e Angola.

Neste contexto a Campanha de Moçambique foi constituída por quatro expedições, tendo sido a **1ª Expedição**, comandada pelo Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Massano de Amorim, tendo embarcado a mesma em Lisboa no Cais da Desinfestação, a partir de 11 de Setembro de 1914. Pretendia-se que esta expedição fosse reocupar o território do Quionga, mas devido à sua incapacidade operacional, esta ocupação não foi possível.

A expedição instalou-se então em Porto Amélia, onde em conjunto com os habitantes, os militares melhoraram a rede estradal e as linhas telegráficas da região. Era uma



expedição, constituída com base no Batalhão de Infantaria nº 15, com um total de 1539 homens que desembarcou em Porto Amélia a 1 de Novembro de 1914. Como referimos, apesar de ter como objetivo principal fazer face a possíveis ataques alemães e prevenir as possíveis revoltas dos nativos moçambicanos, permaneceu em Porto Amélia em atividades de carácter não operacional, até à chegada da 2ª expedição. Nesse mesmo período não foram nem elaborados estudos de fronteira nem efetuados quaisquer reconhecimentos com vista a recolha de informações para futuras operações. A sua constituição total era a seguinte:

- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 15 (Tomar)
- 4.ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha (Évora)
- 4.º Esquadrão de Cavalaria n.º 10 (Vila Viçosa)
- Pessoal de Engenharia (Lisboa)
- Pessoal dos Serviços de Saúde (Lisboa)
- Pessoal de Administração Militar (Lisboa)

A **2ª Expedição** embarcou para moçambique em Outubro de 1915, e foi comandada pelo Major de Artilharia José Luiz de Moura Mendes, organizada à volta do Batalhão de Infantaria nº 21, com um total de 1558 homens. Esta expedição teve como objetivo a ocupação de Quionga e alguns territórios alemães a norte do rio Rovuma. Destes objetivos, a região do Quionga já se encontrava abandonada quando foi ocupada pelas suas forças, não tendo havido no entanto, qualquer êxito na conquista de território alemão, pelas forças portuguesas. Esta expedição tinha a seguinte constituição:

- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 21 (Penamacor)
- 2.ª Bateria do 7º Grupo de Metralhadoras (Castelo Branco)
- 5.ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha (Évora)
- 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria n.º 3 (Estremoz)
- Tropas de Engenharia
- Serviço de Saúde
- Administração Militar

A **3ª Expedição** foi constituída segundo um decreto de organização que data de 25 de Maio de 1916, tendo sido entregue o comando ao General José César Ferreira Gil. São ocupados durante esta expedição vários locais em território alemão, como Nevala e Massassi, apesar de mais tarde, estas ocupações não serem mantidas. A terceira expedição para Moçambique foi uma das maiores, com 128 oficiais, 352 sargentos e equipados e 4356 praças, partiu de Lisboa em sucessivos navios, entre os meses de Maio e Julho de 1916. Esta expedição contava com 3 Batalhões de Infantaria, 2 batarias de artilharia, 3 de metralhadoras 2 companhias de engenharia e um hospital provisório. A estas forças juntaram-se as tropas da segunda expedição e ainda 10 companhias de recrutamento local, que operaram em território da África Oriental Alemã até Dezembro desse ano. O Major Moura Mendes, chefe da 2ª expedição passou a comandar a Artilharia. As muitas forças que constituíam esta expedição eram as seguintes:

- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 23 (Coimbra)
- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 24 (Aveiro)
- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 28 (Figueira da Foz)
- Duas Companhias do Regimento de Infantaria n.º 21 (Castelo Branco)
- 1º e 2º Grupo do Regimento de Artilharia de Campanha (Évora)
- 1ª Bateria do 4.º Grupo de Metralhadoras (Estremoz)
- 1ª Bateria do 5.º Grupo de Metralhadoras (Coimbra)
- 2ª Bateria do 8.º Grupo de Metralhadoras (Valença)
- Companhia Mista de Engenharia (Lisboa)
- Serviços de Engenharia
- Secção de Telegrafia Sem Fios
- Hospital Provisório
- Ambulância
- Padaria
- Companhia de Automóveis
- Serviço de Veterinária
- Serviços Administrativos

A **4ª Expedição** cujo embarque escalonado em Portugal se realizou entre Julho a Outubro de 1917 foi comandada pelo Coronel de Cavalaria Tomás de Sousa Rosa, tendo desembarcado em Mocímboa da Praia em Moçambique a 12 de Setembro de 1917. Com cerca de 6 000 homens, porque foi reforçada com elementos da guarnição de Moçambique,

teve como principal objetivo, a cooperação e coordenação com as forças aliadas, com a intenção de guarnecer e atrair sobre as suas posições no rio Rovuma as tropas alemães, o que permitia aliviar a pressão dos mesmos sobre os ingleses e os belgas. Desta forma o comando aliado informou Sousa Rosa das suas intenções de continuar a empurrar o inimigo para o Rovuma, devendo os portugueses reforçarem as defesas daquele rio, tendo oferecido inclusivamente forças para o efeito. Esta expedição tinha a seguinte composição:

- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 29 (Braga)
- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 30 (Bragança)
- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 31 (Porto)
- Companhia de Engenharia (Lisboa)
- Duas Baterias de Artilharia de Montanha (Évora)
- Duas Baterias de metralhadoras
- Serviço de Saúde
- Serviços Administração Militar

A campanha de Moçambique que teve o seu início com o ataque Alemão ao posto fronteiriço de Maziúia em 25 de Agosto de 1914, na região do Rovuma, prolongou-se por mais quatro anos entre 1914 e 1918. Com a participação de cerca de 40 000 combatentes, entre tropas da metrópole e indígenas, foram contabilizados nas quatro expedições enviadas por Portugal para este teatro de operações, cerca de 4 800 mortos, 1 584 feridos, 678 prisioneiros de guerra, 5 467 desaparecidos e 1 283 incapazes.

O armistício de 1918, veio encontrar as tropas portuguesas cansadas ao nível físico e moral. Mas logo após a retirada dos alemães, a sua missão não acabava por aqui, tendo sido atribuído mais um encargo lento e esgotante. Procedeu-se então à reconstrução e beneficiação dos vários postos militares de fronteira com o apoio das populações autóctones, que depois de reparados foram novamente retomados por guarnições portuguesas.

Contudo, só em 1919, através das deliberações do Tratado de Versalhes, Portugal obtém o reconhecimento da integridade das colónias portuguesas e vê solucionada a questão da restituição do Quionga, território de Moçambique ocupado pelos alemães em 1894, conquistas que resultaram do esforço português no teatro de guerra africano e, principalmente, no europeu.

## *Fontes e Bibliografia*

**AA.VV.**, *Livro de Ouro da Infantaria, 1914-1918*, Lisboa, Sem Referência, 1922.

**AA.VV.**, *Grande História Universal: A Primeira Guerra Mundial*, Volume XXV, Lisboa, Ediclube, 1998.

**ACADEMIA MILITAR** – Projeto de Investigação “*O Exército Português na Grande Guerra (1914-1918)*”.

**AFONSO**, Aniceto e Carlos de Matos Gomes, *Portugal e a Grande Guerra 1914/1918*, Lisboa, Quidnovi, 2010.

**AFONSO**, Aniceto, Coleção Batalhas da História de Portugal, *Grande Guerra (1914-1918)*, Lisboa, QuidNovi, 2006.

**ANDRADE**, Nuno, *100 anos da Guarda Nacional Republicana (1911-2011)*; Lisboa, Editora Guerra e Paz, 2011.

**BARATA**, Manuel Themudo e **TEIXEIRA**, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*, Volumes 4 e 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

**ARRIFES**, Marco Fortunato (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.

**CARVALHO**, Coronel José Manuel dos Santos Dias de, *Síntese da Evolução Tática, Técnica: Tópicos sobre a Evolução da Organização Militar do Exército Português (1109 a 1993)*; Direcção de História e Cultura Militar, Lisboa, 1933.

**CIDADE**, Hernâni, *Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918*; In *História de Portugal* com direcção de Damião Peres; Volume VIII, Barcelos, Portucalense Editora, 1933.

**COSTA**, Gomes da, *A Guerra nas Colónias (1914-1918)*, Lisboa, Edições Portugal-Brasil, 1936.

**COSTA**, Tenente Mário, *Cartas de Moçambique*, Lisboa, Edição de Autor, Lisboa, 1934.

- FRAGA**, Luís Alves, *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objetivos Políticos e o Esboço da Estratégia Nacional 1914-16*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1990.
- GONZAGA**, Amós Hilário Nhancale, *As campanhas militares portuguesas em Moçambique durante a 1ª Guerra Mundial: O objetivo de recuperar o Quionga e a passagem para a Norte do Rovuma*, Trabalho de Investigação Aplicado, Academia Militar, Lisboa, 2011.
- LOUSADA**, Major Abílio, *História Militar de Portugal*, ESPE, Lisboa, 2004.
- MARQUES**, Isabel Pestana, *Os Portugueses nas Trincheiras: Um Quotidiano de Guerra*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2002.
- MARQUES**, Ricardo, *Os Fantasmas do Rovuma: A epopeia dos soldados portugueses em África na I Guerra Mundial*, Lisboa, Oficina dos Livros, 2012.
- MARTINS**, Coronel E. A. Azambuja, *Expedição a Moçambique*, Tipografia Minerva, Lisboa, 1935.
- MARTINS**, Dorbalino dos Santos, *Estudo de Pesquisa sobre a Intervenção Portuguesa na 1ª Guerra Mundial (1914-1918) na Flandres*, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1995.
- MARTINS**, General Ferreira, *Portugal na Grande Guerra*, Volume I e II, Lisboa, Editorial Ática, 1938.
- MATTOSO**, Direcção de José, *História de Portugal*, Sexto Volume, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.
- MIRA**, Ana, *Actas das Sessões Secretas da Câmara de Deputados e do Senado da República, sobre a participação de Portugal na 1ª Grande Guerra*, Lisboa, Coleção Parlamento, Edições Afrontamento, 2002.
- OLIVEIRA**, General A. N. Ramires de, *História do Exército Português (1910-1945)*; Volume III, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1994.
- PIRES**, Capitão António J., *A Grande Guerra em Moçambique*; Porto, Edição do Autor, 1924.

**PÉLISSIER**, René, *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918, Volume II*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

**SELVAGEM**, Carlos, *Tropa D' África*; Lisboa, Edição Renascença Portuguesa, 1919.

**SILVA**, Júlio Rodrigues da, *Monografia do 3º Batalhão Expedicionário do R.I.nº21, à Província de Moçambique em 1915*; Lisboa, Imprensa Beleza, 1919.

**TELO**, António José, *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.